



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

REQUERIMENTO Nº DE 2023

(Da Sra. Erika Kokay)

Apresentação: 20/03/2023 21:53:12.820 - CLP

REQ n.4/2023

Requer a realização de Audiência Pública para discutir sobre as violências cometidas contra crianças e adolescentes indígenas no Brasil.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, arts. 255 e 256, a realização de Audiência Pública para discutir sobre as violências cometidas contra crianças e adolescentes indígenas no Brasil. Sendo assim, sugere-se que sejam convidados (as) as representações das organizações abaixo identificadas, seguido de depoimentos:

- I.Ministério dos Povos Indígenas;
- II.Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania;
- III.Fundação Nacional dos Povos Indígenas – FUNAI;
- IV.Observatório dos Povos Originários e suas Infâncias;
- V.Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda);
- VI.Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH);
- VII.Hutukara Associação Yanomami;
- VIII.Leonardo Boff, teólogo, escritor e filósofo.

Depoimentos:

- 1) Maria Lídia Ferreira Melo, mulher indígena do povo Tupinambá, professora e pedagoga. Atuação com indígenas em contexto urbano e migrantes. Conselheira da Secretaria de Orçamento Participativo Municipal de São Luís. Conselheira da Educação Escolar Indígena do Maranhão e Articuladora de base da Região Norte;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

- 2) Adriana Fernandes Carajá (Korã) - Pajé Karirí-Sapuyá do sertão baiano. doutoranda em Antropologia Social – Universidade Federal de Minas Gerais;
- 3) Luciana - Lu Ahamy, artesã chefe de cozinha militante, mulher indígena, mãe, avó, guerreira - Guarani mbya;
- 4) Raquel Kubeo é atriz e pedagoga, doutoranda em Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, mulher indígena descendente das etnias Kubeo e Tukano;
- 5) Isabel Taukane, é indígena da etnia Kurâ-Bakairi de Mato Grosso, Doutora em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso, membro fundadora do Instituto Yukamaniru de Apoio Às Mulheres Indígenas Bakairi;
- 6) Meyriane Costa de Oliveira , indígena aldeada na comunidade do Catu dos Eleoterios Goianinha & Canguaretama, mestranda em antropologia social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
- 7) Krexú Takuá - Cacica Alice, mulher indígena Guarani, fundadora e coordenadora do Centro de Referência Indígena-afro do Rio Grande do Sul, integrante da Articulação Nacional de Indígenas em Contexto Urbano e Migrantes;
- 8) Erilza Pataxó (Uruba) – vice-cacica no Território Barra Velha/Boca da Mata na Bahia.

JUSTIFICAÇÃO

O histórico de injustiças sociais contra os povos indígenas, desde a invasão dos portugueses às terras de Pindorama , tem produzido inúmeras desigualdades, discriminações e extermínios contra os povos indígenas, com afetação ainda mais grave às suas crianças, as quais, em muitos povos, acabam sofrendo diversas vulnerabilizações e violações de direitos, como as relacionadas à educação, saúde, nutrição e integridade física e sexual.

Infelizmente, nos últimos anos, entidades indigenistas e socioambientais denunciaram, insistentemente, a ocorrência de uma “tragédia humanitária” em curso na Terra Indígena Yanomami. A área, que ocupa partes dos estados de Roraima e Amazonas, é marcada por garimpo ilegal de ouro e cassiterita, violência sexual de mulheres e crianças, ameaças de morte e desestruturação dos postos de saúde.

Em relação às violências à infância indígena, ressalta-se que em agosto de 2021, houve o assassinato de uma menina Guarani-Kaiowá, de 11 anos, cujo corpo foi jogado do alto de uma pedreira, depois da vítima ter sido estuprada coletivamente por cinco homens, três deles





CÂMARA DOS DEPUTADOS

adolescentes, da aldeia Bororó, no município de Dourados, Mato Grosso do Sul. Mais recentemente no dia 11 de abril de 2022, a Hutukara Associação Yanomami lançou um relatório com evidências graves de violências contra crianças e mulheres do povo Yanomami, com relatos de que tais pessoas são obrigadas a fazer sexo com os garimpeiros em troca de comida.

Segundo a Hutukara Associação Yanomami, uma destas situações de opressão e violência ocorreu contra uma criança de 12 anos, que, infelizmente, foi estuprada e levada a óbito. Os dados têm evidenciado que essa prática tem sido recorrente nas comunidades do povo Yanomami devido a presença de mais de 20 mil garimpeiros em suas terras e a omissão do poder público em agir para a retirada destas pessoas e garantir a seguridade territorial.

A partir de janeiro de 2023, com a posse do novo governo, as denúncias estão sendo investigadas, e diversas ações realizadas, na perspectiva do atendimento integral aos povos indígenas daquela região, como meio de superação do quadro de violação de direitos humanos a que foram submetidos.

Por isso, faz-se necessário a realização de audiência pública, para a manifestação de representantes dos povos indígenas e discussão sobre as recorrentes ocorrências de violência sexual contra crianças e adolescentes indígenas, na perspectiva de contribuir e somar esforços pela garantia da proteção integral dos direitos da população indígena.

Sala da Comissão, em 20 de março de 2023.

Deputada ERIKA KOKAY – PT

